O financiamento do comércio: letras de câmbio e créditos documentários

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A letra de câmbio

O instrumento básico do financiamento do comércio no século XIX era a letra de câmbio. O direito inglês codificou-a no Bills of Exchange Act 1882, redigido por Mackenzie Chalmers, que recebeu a sanção real em 18 de agosto de 1882. A seção 3 da lei define a letra como "an unconditional order in writing, addressed by one person to another" (uma ordem incondicional por escrito, dirigida por uma pessoa a outra), assinada pelo sacador, que obriga o sacado a pagar uma quantia certa em dinheiro à vista ou em data futura fixa ou determinável a uma pessoa determinada ou ao portador.[1] A lei codificou práticas que os comerciantes haviam desenvolvido ao longo de séculos. Como a Civil Law Ordinance de 1878, examinada no Capítulo III da Parte A, aplicava o direito comercial inglês nos Estabelecimentos dos Estreitos (Straits Settlements), os mesmos princípios regiam as letras sacadas em Singapura.[2]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Uma letra sacada por um exportador de Singapura contra seu comprador em Londres funcionava da seguinte forma. O exportador embarcava as mercadorias e sacava uma letra contra o comprador, pagável em prazo determinado após o aceite (à vista), por exemplo três, quatro ou seis meses. Vendia a letra a um banco de câmbio em Singapura e recebia dólares imediatamente. O banco enviava a letra a seu escritório em Londres, que a apresentava ao comprador para aceite. Uma vez aceita, a letra podia ser mantida até o vencimento ou descontada no mercado monetário de Londres. Manuais bancários da época observavam que as letras sacadas na Índia estavam passando de seis para três meses de vista, e os relatórios monetários dos Estreitos cotavam taxas para letras bancárias a quatro meses de vista.[3]

A letra documentária

Os bancos de câmbio raramente compravam uma letra sem garantia. Exigiam que o exportador anexasse os documentos que conferiam o controle sobre as mercadorias: o conhecimento de embarque emitido pelo armador, que servia de recibo, de prova do contrato de transporte e de título representativo das mercadorias, além da fatura e da apólice ou certificado de seguro marítimo. Uma letra acompanhada desses documentos chamava-se letra documentária. O banco retinha os documentos até que o comprador aceitasse a letra, nas condições conhecidas como documentos contra aceite, ou até que a pagasse, nas condições conhecidas como documentos contra pagamento.

A letra documentária resolvia o problema da confiança entre partes distantes. O exportador em Singapura recebia o pagamento do banco sem precisar esperar pelo comprador. O banco tinha direito de regresso contra o exportador caso o comprador não aceitasse. Além disso, mantinha as mercadorias como garantia por meio do conhecimento de embarque. O comprador só obtinha as mercadorias depois de aceitar ou pagar. A apólice de seguro cobria a perda da carga no mar. Cada documento cumpria uma função jurídica. Juntos, permitiam que o capital atravessasse oceanos para chegar a comerciantes que o credor nunca havia conhecido.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

O sistema dependia tanto das Agency Houses (casas comerciais europeias) quanto dos bancos. As casas organizavam o embarque, obtinham os conhecimentos de embarque, contratavam o seguro e sacavam as letras. Muitas delas atuavam como agentes das companhias de navegação e das seguradoras cujos documentos anexavam. Uma única casa podia, portanto, responder pelas mercadorias, pelo transporte, pelo seguro e pela letra, cabendo ao banco de câmbio fornecer o dinheiro e a conexão com Londres.

Prata, libra esterlina e risco cambial

A moeda de Singapura era um dólar de prata, enquanto a de Londres era a libra esterlina, vinculada ao padrão-ouro. Toda letra entre as duas cidades implicava, portanto, risco cambial. Quando o preço da prata caiu em relação ao ouro após a década de 1870, o exportador que havia vendido mercadorias em libras ganhava, e o importador que devia libras perdia. Os bancos protegiam-se casando compras e vendas de letras em cada direção e administrando suas posições entre as agências.[4] Um banco de câmbio que avaliasse mal o mercado podia sofrer perdas pesadas, como mostraram as falências das décadas de 1860 e 1880.

A fixação do dólar dos Estreitos à libra esterlina em dois xelins e quatro pence em 1906, descrita no Capítulo I desta parte, eliminou grande parte desse risco no comércio entre Singapura e a Grã-Bretanha.[5] O risco persistiu no comércio com a China, cuja moeda continuou baseada na prata. Os bancos de câmbio continuaram, assim, a administrar um triângulo de moedas, função que os departamentos de tesouraria de seus sucessores modernos ainda desempenham para clientes que comerciam entre a Ásia, a Europa e os Estados Unidos.

Adiantamentos sobre mercadorias e remessas

Ao lado do negócio com letras, os bancos concediam adiantamentos com garantia de mercadorias armazenadas e de metais preciosos, como mostram as condições do Union Bank of Calcutta em 1840. Esses adiantamentos permitiam aos comerciantes manter estoques de produtos até que o mercado fosse favorável. Permitiam também

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

às Agency Houses financiar indiretamente seus clientes asiáticos, já que a casa tomava empréstimos do banco e repassava os recursos com base em seu próprio crédito.

Os bancos também transferiam remessas. Os salários e lucros que os migrantes chineses enviavam para casa, em Guangdong e Fujian, acumulavam-se em Singapura, que se tornou um ponto central de concentração de fundos de remessa de todo o Sudeste Asiático. Pequenos agentes chineses de remessas recolhiam o dinheiro e utilizavam as redes dos bancos britânicos e de outros bancos para transferi-lo, ao passo que os bancos estrangeiros ofereciam crédito de curto prazo aos agentes maiores para atrair o negócio.[6] As remessas tornaram-se assim um dos primeiros pontos em que os bancos de câmbio entraram em contato direto com a economia asiática do porto.

Da letra documentária ao crédito documentário

Na letra documentária, o banco comprava o crédito do exportador contra o comprador. No crédito documentário, que se difundiu no final do século XIX e início do século XX, um banco assumia obrigação própria de pagar ao exportador mediante a apresentação de documentos conformes. O exportador deixava de depender da solvência de um comprador distante, pois tinha em mãos a promessa de um banco. O banco do comprador, por sua vez, só pagava quando os documentos demonstravam que mercadorias conformes ao contrato haviam sido embarcadas e seguradas.

As regras internacionais para esse instrumento vieram depois. A Câmara de Comércio Internacional (CCI) promulgou pela primeira vez as Regras e Usos Uniformes relativos aos Créditos Documentários (Uniform Customs and Practice for Documentary Credits) em 1933. A versão atual, a UCP 600, foi aprovada pela Comissão Bancária da CCI em Paris em 25 de outubro de 2006, entrou em vigor em 1º de julho de 2007 e contém trinta e nove artigos.[7] O volume sobre Genebra descreve o funcionamento do crédito documentário no comércio atual de

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

commodities, incluindo o princípio da estrita conformidade com as condições documentais.[8] A Parte H deste livro examina seu uso em Singapura, que se tornou um dos principais centros mundiais de financiamento do comércio de commodities.

O direito das letras na Singapura independente

O direito inglês das letras sobreviveu ao fim do domínio colonial. O Bills of Exchange Act 1949 de Singapura baseia-se na lei inglesa de 1882 e rege letras de câmbio, cheques e notas promissórias.[9] Os documentos em papel do comércio colonial ganharam desde então equivalentes eletrônicos. O Electronic Transactions (Amendment) Act 2021, publicado no diário oficial em 12 de março de 2021 e em vigor desde 19 de março de 2021, adotou com modificações a Lei Modelo da UNCITRAL sobre Documentos Transferíveis Eletrônicos. Ele permite que letras de câmbio, notas promissórias e conhecimentos de embarque existam como documentos transferíveis eletrônicos com o mesmo efeito jurídico do papel.[10] Os instrumentos que os bancos de câmbio compravam no século XIX seguem assim existindo em forma digital.

Notas

1. Wikipedia, "Bills of Exchange Act 1882" (acesso em novembro de 2026): sanção real e entrada em vigor em 18 de agosto de 1882; redigido por Sir Mackenzie Chalmers; definição da letra de câmbio na s. 3 como "An unconditional order in writing addressed by one person to another". ↩
2. Civil Law Ordinance 1878 (Straits Settlements), posteriormente s. 5 do Civil Law Act (Cap. 43); ver o Capítulo III da Parte A. ↩
3. Sobre o prazo das letras orientais (passagem de seis para três meses de vista nas letras indianas; taxas dos Estreitos para letras bancárias a quatro meses de vista na década de 1890), ver o manual bancário "Anglo-Indian Banking" (chestofbooks.com) e os relatórios monetários dos Straits Settlements. ↩
4. Toshio Suzuki, "British Overseas Banks' Activities in the London Financial Market Before the First World War", em *The Development of International*

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Banking in Asia, Springer, 2020, resumo: os bancos aplicavam em letras, Indian Council Bills, metais preciosos, títulos, depósitos em correspondentes e call money "while avoiding exchange and credit risk". ↩

5. Wikipedia, "Straits dollar" (acesso em novembro de 2026): em 1906, "the Straits dollar was pegged to two shillings four pence". ↩
6. Ryoichi Hisasue, "Chinese Banking Business in Singapore", p. 13–14: Singapura "became a central accumulation point for remittance funds throughout Southeast Asia"; agentes privados de remessas "developed relationships with British and other banks to use their remittance networks"; os bancos estrangeiros "began to provide short-term credit or other financial benefits to major remittance agents". ↩
7. Wikipedia, "Uniform Customs and Practice for Documentary Credits" (acesso em novembro de 2026): regras "first promulgated in 1933"; UCP 600 aprovada pela Comissão Bancária da CCI em Paris em 25 de outubro de 2006; "formally commenced on 1 July 2007"; 39 artigos; uma eUCP atualizada entrou em vigor em 2023. ↩
8. Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie H, chapitre I, section « Le crédit documentaire », sobre o crédito documentário, o papel da confirmação e as RUU 600. ↩
9. Bills of Exchange Act 1949 (2020 Rev. Ed.), Singapore Statutes Online. ↩
10. Allen & Gledhill, "Electronic Transactions Act amended on 19 March 2021 to include electronic transferable records": lei de alteração "gazetted on 12 March 2021" e em vigor desde "19 March 2021"; adoção "with modifications" da UNCITRAL Model Law on Electronic Transferable Records; abrangência de "transferable documents or instruments, such as bills of exchange, promissory notes, and bills of lading". ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com